

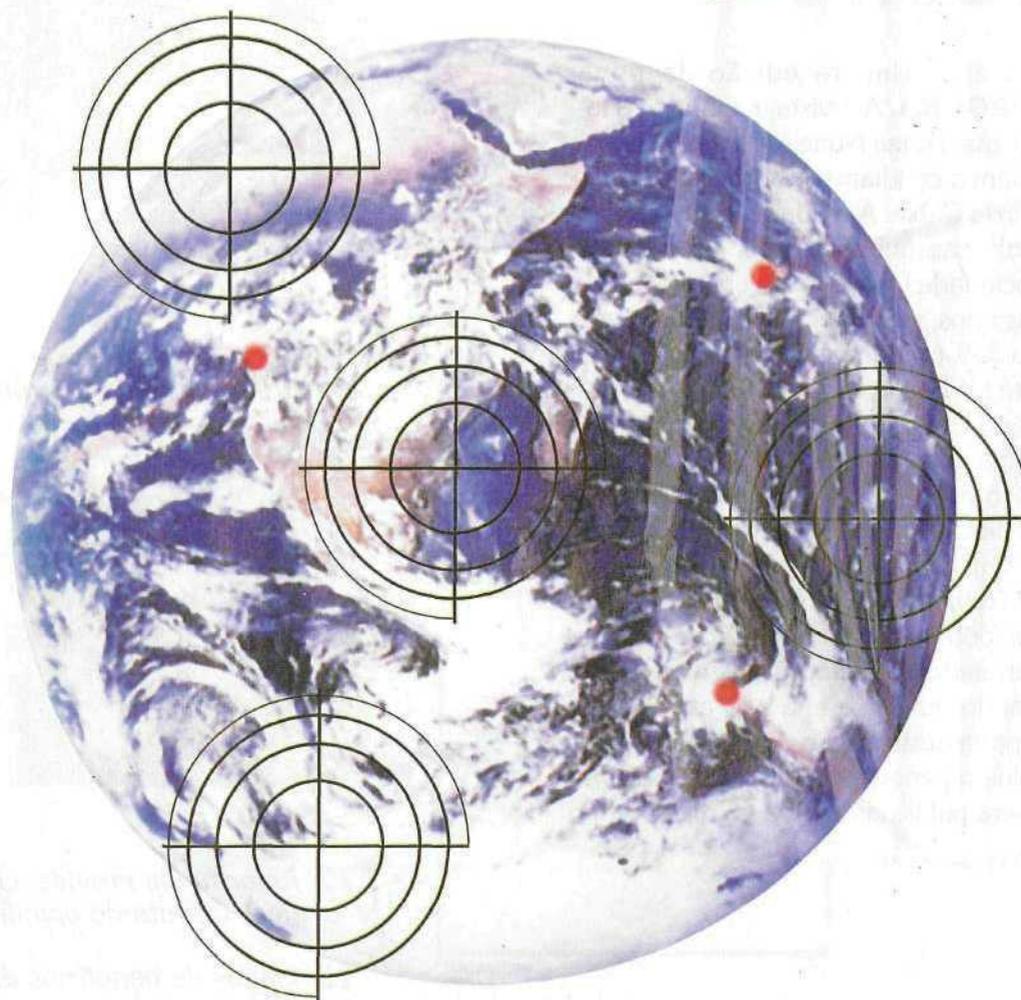
Governo encara o desafio  
da reforma da Previdência  
Pg12

Fenae promove concursos  
de literatura e dramaturgia  
Pg24

# FENAE Agora

Edição 33 - ano 6  
10/6 a 15/7/2003  
distribuição gratuita

Publicação da Fenae - Federação  
Nacional das Associações do Pessoal  
da Caixa Econômica Federal



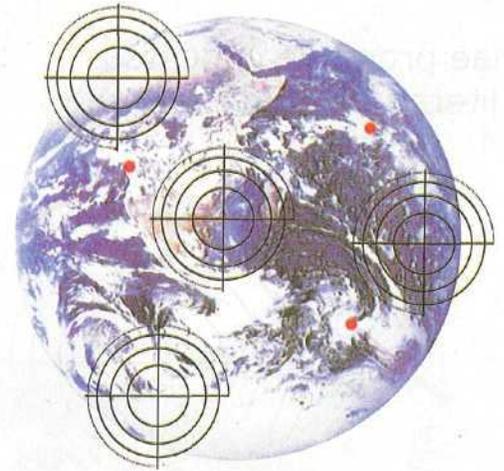
# As guerras dos homens

Das batalhas entre países às diferenças  
interpessoais, o mundo vive em eterno conflito

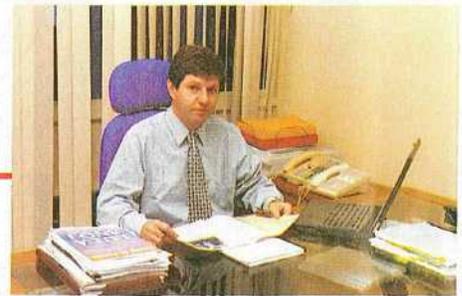
# Uma nova direção

Esta é a primeira edição da nova **FENAE AGORA**. A revista incorpora os temas do jornal Fenae Notícias e passa a abordar também o Cotidiano profissional dos empregados da Caixa. A mudança editorial visa acompanhar as mudanças pelas quais a Caixa e a sociedade brasileira devem passar nos próximos anos, num momento em que a expectativa se foca na reversão do processo de desmonte infringido à empresa e às políticas públicas ao longo dos últimos tempos.

Com a mudança, esta é a última colaboração do jornalista Tárík de Souza, que esteve conosco desde o primeiro número da revista, em fevereiro de 1998. Despede-se ainda Claudius Ceccon, que havia se juntado à equipe de colaboradores mais recentemente, bem como Fernando Nogueira, que assumiu posto de comando na Caixa e já não escreve seu artigo a partir desta edição. As alterações também incluem periodicidade fixa para a revista, que será publicada a cada 45 dias.



6 *Conflitos e violência urbana desafiam o mundo*



12 *Reforma da Previdência gera disputa de opiniões*

13 *Planos de benefícios da Funcef precisam ser adequados*

14 *Novo modelo de gestão deve alterar política de metas -*

16 *Retomada das negociações na Caixa registra alguns avanços*

19 *CUT atinge a maturidade em 20 anos de existência*

24 *Fenae promove concursos em literatura e dramaturgia*



26 *Surge no Brasil o Caminho da Fé, rota de peregrinação e turismo ecológico*

## Prazeres e virtudes

Quase duas mil páginas em português, na Internet, falam sobre o estoicismo, filosofia grega que pregava que o universo baseia-se em uma estrutura racional. Difundida entre os anos 250 a.C. e 300 da nossa era, a filosofia defendia a sabedoria, valor, justiça e temperança como valores primordiais, mas acabou derivando para a negação do prazer espiritual. Em contraposição, surgiu o epicurismo, cuja principal doutrina é que o prazer constitui a meta mais importante da vida. Sobre esta filosofia, há cerca de 700 páginas em português.



Seja claro, no meu tempo  
deste dia  
desta noite  
valor do dinheiro, em  
minutos, no dia  
desta noite  
desta noite  
desta noite

## Turbilhão literário

Mais de 50 mil poesias, 12 mil artigos, 11 mil frases, oito mil crônicas e cinco mil contos estão no acervo da página [www.usinadeletras.com.br](http://www.usinadeletras.com.br). A proposta dos organizadores é oferecer "um ponto de encontro de pessoas que gostam de ler e escrever". O endereço <http://www.searchwww.com> tem mais de

sete mil autores cadastrados, num total de mais de 120 mil textos. "O escritor encontra aqui um espaço para divulgar suas obras de forma aberta e livre", informa a carta de propostas da página.

## E o Oscar vai para...

... a página [cinemabrasil.org.br](http://cinemabrasil.org.br). Em português, inglês e francês, o endereço traz acervo de filmes, debates na rede, matérias e artigos sobre cinema, política cultural, festivais e concursos.

O projeto da página foi aprovado pelo Ministério da Cultura e já foi acessado por mais de 6 milhões de pessoas em todo o mundo.

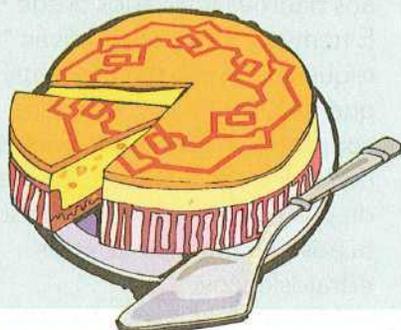


## Site cinco estrelas



A página oficial da Seleção brasileira de futebol é [www.cbfnews.bol.com.br](http://www.cbfnews.bol.com.br).

No endereço, é possível acompanhar resultados de campeonatos, notícias sobre a Seleção e também a história das conquistas do esquadão canarinho.



29 de maio:

## Fenae, 32 anos

À frente das ações políticas e de lazer, esporte e cultura dos empregados da Caixa.

# O cerco

► **Jânio de Freitas**  
Jornalista

O preço da campanha eleitoral seria inevitavelmente alto para Luiz Inácio Lula da Silva. Nela se pintava nada menos do que o paraíso: um presidente paz & amor, com apoio popular verdadeiro e não induzido por jornais e TV, leal aos interesses nacionais e tendo como meta maior a justiça social sem, para isso, criar conflitos. Estava oferecido o caminho para cobranças de adversários e decepções de aliados.

Depois veio a transição. E, como se não bastassem os riscos gerados pela campanha eleitoral - embora sua inegável competência como marketing político-, naqueles dias se criaram novos e maiores problemas, com implicações que ainda não se mostraram plenamente.

Os aplausos a Pedro Malan, Armínio Fraga e suas políticas econômica e monetária poderiam ser gestos de cordialidade algo exagerados, próprios do estado de euforia dos vitoriosos recentes. Mas, da maneira como foram praticados, sua natureza transmutou-se. De elogios, foram passando, à força da persistência e da ampliação, a compromissos.

Não poderiam ser compromissos com os que se iam para Paris ou para Nova York. Tomaram a natureza de compromissos com as forças que aqueles haviam representado no governo durante dois mandatos. E compromissos de governantes eleitos não são compromissos de idéias, mas de governo.



## *A transição criou um cerco*

Vá lá que o novo presidente, encontrando o país literalmente quebrado, precisasse aceitar certa continuidade das exigências do FMI, para receber parcelas pendentes do socorro de US\$ 31,4 bilhões concedido às pressas no segundo semestre do ano passado, para contornar o estouro do Brasil. Estouro que seria, também, a desmoralização, talvez definitiva, do Fundo e das políticas mal sucedidas que impõe aos países ditos em desenvolvimento.

Vá lá que os novos governantes estivessem - e estavam mesmo - muito temerosos do início de governo, tanto pela preocupação com a possibilidade de uma de degringolada rápida da inflação, que já vinha estourando até as previsões mais pessimistas, como pelas incertezas do clima que a aliança mídia/interesses financeiros lhes criaria ao se tornarem poder.

A chamada equipe de transição lançou no ar um compromisso com as políticas econômica e monetária do governo passado. As forças beneficiadas por tais políticas recebiam armamento para atacar qualquer desvio do governo em busca de

alternativas, por tênues que fossem. O aumento dos juros levou ainda mais longe o que fora feito na transição. E as investidas declaratórias dos ministros Ricardo Berzoini e Jacques Wagner, com propostas ainda mais extremadas que as do governo Fernando Henrique, contra aposentadorias e direitos trabalhistas, completaram o quadro.

Não é por gracinha, vê-se, que a simples crítica aos desvios, em relação ao programa e às afirmações da campanha, logo foi pejorativamente atribuída a "radicais".

Abrir fendas no cerco não será, ou não seria, uma operação fácil para o governo Lula. Mas nenhuma outra operação lhe é mais indispensável, política e administrativamente. Sem tal esforço, a tendência das forças beneficiárias do governo passado será a de deixar o governo cada vez mais atado pelas ameaças de problemas, caso tente alternativas aos padrões instalados desde 95. E nem se fala de alternativas "de esquerda", mas, simplesmente, que não sejam de continuada concentração de renda, privilégio do setor financeiro em detrimento da produção e prioridade absoluta aos pagamentos de juros estratosféricos.



Em sua posse, José Carlos Alonso falou sobre os novos desafios da Fenae

## Prioridade mantida em defesa dos empregados

A Fenae tem novo presidente. O paulista José Carlos Alonso estará à frente da entidade no mandato que se encerra em 2005. O novo vice-presidente é Vaumik Ribeiro da Silva, do Ceará

**A**lonso foi um dos líderes do movimento pela jornada de seis horas e pela sindicalização dos empregados da Caixa. Foi presidente da Apcef/SP além de diretor e vice-presidente da Fenae, e representou os empregados na diretoria da Caixa. Em 2002, foi eleito para o Conselho Deliberativo da Funcef.

Leia baixo entrevista com o novo presidente da Fenae:

*FA - Quais são as perspectivas da Fenae neste novo momento para o país?*

**Alonso** - A eleição de Lula abre novas possibilidades na relação entre os empregados e a direção da Caixa. É positiva, por exemplo, a intenção do governo em voltar a empresa para o combate à má distribuição de renda, maior problema que o Brasil enfrenta hoje.

De outro lado, há indícios de que o diálogo entre o corpo funcional e a diretoria será aprimorado. Nossa missão, porém, é muito clara. A Fenae vai manter sua linha de defesa dos empregados, para que possamos reverter as consequências de anos de desrespeito. Os empregados têm sido submetidos a uma política nefasta não apenas em recursos humanos, mas na questão estrutural da empresa e de sua missão social.

*FA - Neste contexto, qual será a relação da Federação com o movimento sindical?*

**Alonso** - A Fenae manterá o suporte às instâncias sindicais dos empregados. A Comissão Executiva, por sua vez, deve a-

morar sua função de auxiliar a Confederação Nacional dos Bancários, que representa a categoria no país.

Na Caixa, não admitimos negociações em separado, que trazem prejuízos aos empregados e evitam a integração da categoria. Nosso objetivo é a aplicação da Convenção Coletiva dos Bancários.

### 32 anos de ação social e política

Composta por 33 associações dos empregados da Caixa nos estados, a Fenae nasceu em 29 de maio de 1971, com o objetivo de coordenar ações culturais, profissionais, esportivas e sociais dos empregados da Caixa.

A partir da campanha pelo direito à sindicalização dos empregados e pela jornada de seis horas, a atuação política da Fenae e das associações foi aprimorada.

# O MUNDO EM CONFLITO



Arte: Lisarb Foto: Augusto Coelho

Milhares de anos de beligerância não trouxeram ao homem a capacidade de eliminar a violência como forma de administração de diferenças

► **Marcio Achilles Sardi**  
Jornalista da Feneae

**P**erto de 50 mil brasileiros morrem, todo ano, vítimas de homicídio. Os números representam pouco mais de um terço dos 130 mil civis iraquianos que foram mortos na primeira Guerra do Golfo, em 1991. Mostram, porém, que o ambiente de guerra que o mundo vive, hoje, se repete em miniatura no Brasil.

Nossas pequenas guerras cotidianas não resultam em mercados bombardeados, como em Bagdá, ou nas casas destruídas na capital do Iraque. Mas os jovens mortos nas periferias das grandes cidades são,

igualmente, imagens de desrespeito à vida. Afinal, pesquisa da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) revela que o homicídio é a maior causa de morte entre pessoas de 15 a 24 anos no Brasil. Os 43 mil crimes registrados em 1999 representam um aumento de inacreditáveis 237% em relação ao final da década de 1970.

As pequenas guerras do nosso Cotidiano, na opinião do filósofo José Antônio Moroni, têm um componente cultural muito forte. Isto

se reflete no tratamento entre as pessoas, mas também em questões como o desemprego, falta de apoio à terceira idade e minorias, miséria e falta de condições básicas de sobrevivência para muitos.

Um dos exemplos apontados por Moroni, dirigente do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e membro do Conselho de Desenvolvimento

Econômico e Social da Presidência da República, é o tratamento dado ainda hoje aos profissionais que trabalham como secretários, empregados domésticos ou em ser-

**Crimes em 1999 no Brasil representam aumento de 237% em relação a 1970**

viços gerais. "Várias regiões do país não romperam com uma visão escravocrata e chamam essas pessoas de serviçais".

Moroni também percebe elementos culturais na segregação promovida pelas elites. "A classe alta tem profundo preconceito em relação aos pobres; parece que todos são assaltantes, assassinos, vivem apenas na malandragem", observa o filósofo. Por conta disso, crescem as preocupações com segurança, condomínios fechados, carros blindados, seguranças particulares.

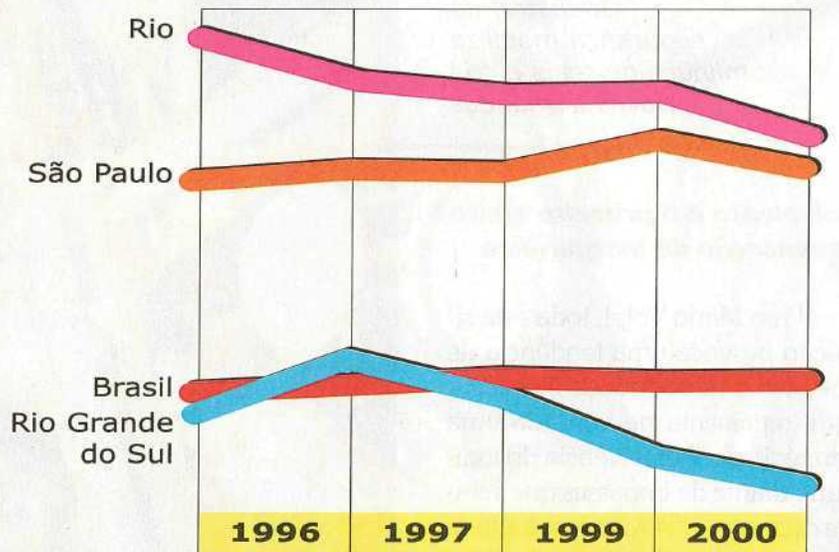
No entanto, o pesquisador do Inesc acrescenta um fator econômico a este fenômeno, "pois a indústria da segurança, que mobiliza milhões de reais, cria novas demandas". E Moroni completa: "A ausência do Estado se vê na falta de garantia da segurança no sentido amplo, não só na segurança pública, mas nas normas de convivência entre as pessoas".

O mestre em políticas sociais Mário Volpi, oficial de projetos do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), também aponta esses motivos e acrescenta outros. Para Volpi, um elemento de análise que deve ser levado em consideração é a insegurança pessoal. "As pes-

**Ausência do Estado também se reflete na convivência entre as pessoas**

soas não conseguem fazer uma análise mais profunda da violência, do ponto de vista histórico, de que é uma produção social, mas apenas de como ocorre na sociedade". Outro item é o sensacionalismo da imprensa, entretanto pensado a partir de outra visão: "O sensacionalismo é também uma forma de leitura social, ou seja, os meios de comunicação olham para a sociedade e fazem uma interpretação equivocada do que acontece".

### Taxas de homicídios por 100 habitantes



Fontes: IBGE, SSP-SP, SSP-RJ, SSP-RG, Ministério da Saúde

### Vendas de equipamentos de segurança por região

|                    |      |
|--------------------|------|
| Norte .....        | 2 %  |
| Nordeste .....     | 13 % |
| Centro Oeste ..... | 4 %  |
| Sudeste .....      | 63 % |
| Sul .....          | 18 % |

Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Sistema Eletrônico de Segurança (Abese) e Associação Brasileiras de Empresas de Vigilância



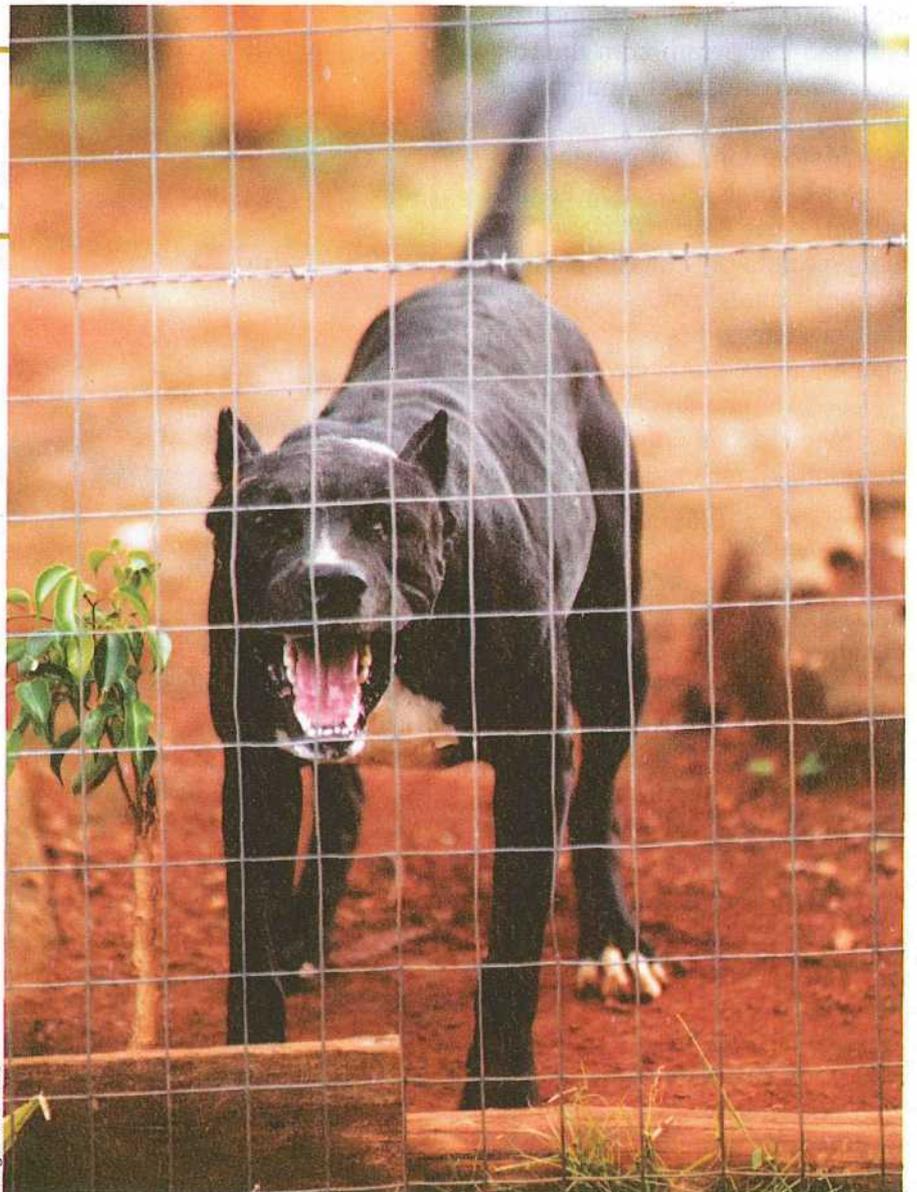
*Indústria da  
segurança mobiliza  
milhões de reais e cria  
novas demandas*

**Isolamento é o primeiro efeito  
da sensação de insegurança**

Para Mário Volpi, toda esta situação provoca uma tendência de isolamento na sociedade brasileira, "que representa na verdade uma estratégia de sobrevivência do indivíduo diante de impasses que sempre ocorreram". Outro resultado se vê, segundo ele, nas relações interpessoais, mesmo em situações simples. "Na cultura da sociedade há uma idéia muito forte de que a violência é uma forma de administrar conflitos, presente em todas as relações humanas, desde a relação de pais e filhos, professores e alunos, chefes e funcionários." O erro, segundo o pesquisador, é que "nunca se questiona o princípio da violência, que continua sendo traduzida como uma boa forma de administrar conflitos".

Por conta disso, outro pesquisador, Luís Antônio Francisco de Souza, aponta que "o conflito não é necessariamente ruim", mas justamente a sua negação. Luís Antônio, do Núcleo de Estudos da Violência da USP (Universidade de São Paulo), comenta ainda que "a democracia é o regime político baseado no conflito, ritualizado, debatido, discutido e externado, e que a cultura da segregação, o racismo, a xenofobia, o nacionalismo fundam-se numa idéia ilusória que é possível um mundo em que o outro é um igual".

Os resultados disso podem ser encontrados em pesquisas sobre o tema. Um dos levantamentos foi feito pela Unesco (Organização das Nações Unidas para



Augusto Coelho

a Educação, a Ciência e a Cultura) e revela que a violência no Brasil acontece em todo o país, mas tem origens, vítimas e instrumentos preferenciais. As regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo concentram mais de 40% dos crimes de morte, apesar de reunirem somente 16% da população. Em outros números, oito pessoas morrem assassinadas por dia nas duas cidades. Além disso, a cada 25 mortes violentas, 24 são de homens, e 88%

dos assassinatos são praticados com arma de fogo.

Números como esses explicam outro subproduto do isolamento entre as pessoas: a desconfiança. "Nosso Cotidiano passa a ser deplorável. Desconfiamos até de nossas sombras e percebemos que as soluções segregadoras não são eficazes. Pagamos um custo alto para proteger nossa vida e nosso patrimônio e vivemos exaustos e com medo", elenca Luís Antônio, doutor em sociologia pela USP.

**Na França e  
EUA, crimes  
chegam a 4 mil  
a cada grupo  
de 100 mil  
habitantes**

## Conflitos sempre marcaram a história da humanidade

Engana-se, no entanto, quem pensa que a situação é exclusiva do Brasil. A situação insustentável vivida pela Colômbia, Argentina, Venezuela, Equador, na América do Sul, ou as constantes rebeliões e guerras civis nos países da África e Ásia dão mostra de que, se temos o terror instalado pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro ou outras capitais, o mundo inteiro convive com suas próprias mazelas.

"Nota-se em Portugal uma tendência para trancar as portas dos carros nos semáforos ou evitar certas zonas perigosas nas cidades. O culto pela violência nas camadas 'normais' da sociedade está a aumentar de forma dramática", atesta o músico Vítor Cunha, morador da cidade do Porto. Cunha participa de uma lista de discussão sobre música na Internet, mas introduziu entre os demais participantes reflexões sobre a guerra no Iraque por conta de seu desconforto com o conflito.

Segundo ele, "a Europa, aliás, tem uma história perturbante em relação a segregação, e a polí-



tica europeia atual em muito contribui para a construção de barreiras entre classes sociais".

De outro lado, Vítor Cunha comenta que "o mundo sempre viveu em conflito". Especificamente sobre a guerra, o músico português avalia que "qualquer cenário de guerra é prejudicial para o cotidiano da vida humana e origina consequências terríveis como a diminuição de emprego e consequente aumento da distância entre ricos e pobres".

Rio de Janeiro e São Paulo concentram mais de 40% dos crimes de morte no país

Já o especialista em Relações Internacionais Dermeval de Sena Aires Júnior também destaca as consequências econômicas

para o mundo e para o dia-a-dia das pessoas. No entanto, ele acredita que situações internacionais não detêm a culpa exclusiva "por problemas sociais que são na verdade nossos e cuja solução depende na verdade de uma mudança na mentalidade do brasileiro e na sua estrutura social".

Para Aires Júnior, aluno de mestrado no Grupo de Estudos Estratégicos da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o conflito é, efetivamente, "uma realidade humana". E acrescenta: "Conflitos armados nos colocam face a face com determinados aspectos de nossa existência que normalmente preferiríamos esquecer, e nos mostram certos paradoxos da própria condição humana".

Para Aires Júnior, aluno de mestrado no Grupo de Estudos Estratégicos da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o conflito é, efetivamente, "uma realidade humana". E acrescenta: "Conflitos armados nos colocam face a face com determinados aspectos de nossa existência que normalmente preferiríamos esquecer, e nos mostram certos paradoxos da própria condição humana".



Violência nas cidades resulta em reforço na segurança pelo Estado

# Violência não é único meio para solução de conflitos

Num mundo em que o conflito parece ser a mentalidade dominante, tanto nas relações entre países quanto entre pessoas, as ações pela paz e coexistência ainda não servem como contraponto ao estado geral de beligerância. Mário Volpi, do Unicef, lamenta que essas iniciativas ainda aconteçam somente de forma isolada. "Enquanto as contratendências não forem vistas como normais e que precisam ser estimuladas, ainda vai prevalecer a idéia de que as pessoas são egoístas, individualistas, porque cada vez mais estão se trancando nos seus universos", diz ele. A solução, para o mestre em políticas sociais, passa a acontecer "quando esses movimentos conseguem se expandir e ver, para além de seus horizontes, a possibilidade de contaminarem a sociedade com aquilo de bom que fazem".

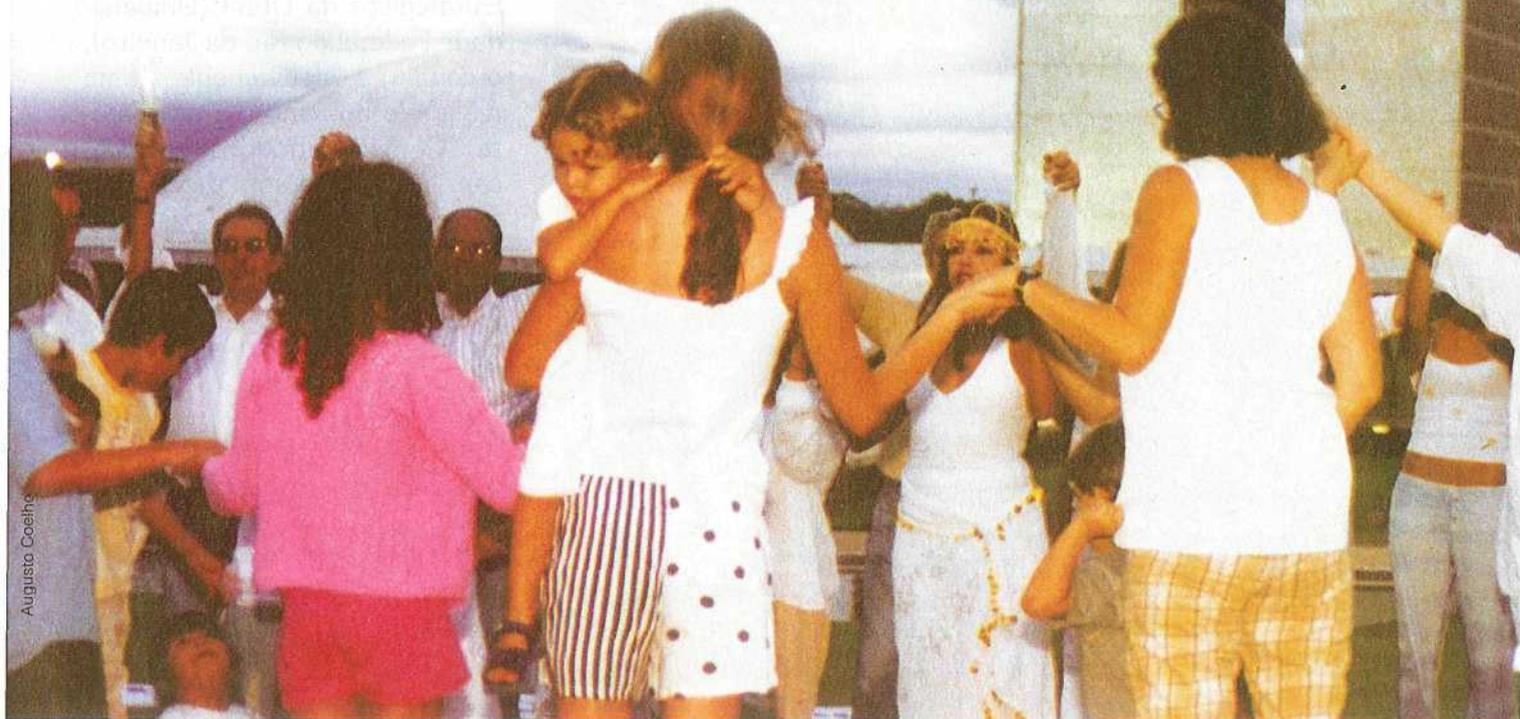
Sob outro aspecto, Volpi retoma a questão do conflito como elemento das relações humanas

para apontar que "paz, hoje é uma palavra muito vazia". Em sua opinião, "melhor que isso seria discutir a capacidade de administrar conflitos de forma não-violenta". Ele detalha sua opinião: "Prefiro dizer que a não-violência é muito mais importante do que uma cultura de paz, no sentido de negar a violência, tentar construir uma outra ponte, que pode ser o diálogo, indiferença, relevância, perdão, e não simplesmente falar em paz".

Em acréscimo ao que pode ser feito para aprimorar as relações interpessoais, José Antônio Moroni, do Inesc, avalia que uma organização maior da sociedade

civil também terá a capacidade de implantar uma nova cultura entre as pessoas e entre os países. Segundo o filósofo, "cada vez mais a sociedade assume seu papel de protagonista, organizando-se em redes e fugindo da institucionalidade que conhecemos". Essa nova postura das organizações, de acordo com José Moroni,

Iniciativas  
contra a  
violência ainda  
representam  
manifestações  
isoladas



"representa um novo papel, que acaba de certa forma mudando o próprio perfil dos governos".

O exemplo que o pesquisador cita é o Fórum Social Mundial. "Por ali passa toda a questão da sociedade civil organizada, das grandes redes de cidadãos que vão se formando fora da institucionalidade de hoje, por partirem da iniciativa de pessoas". Ele lembra que as maiores manifestações contra a intervenção no Iraque, em 15 de fevereiro, haviam sido decididas no ambiente do Fórum, cuja terceira edição aconteceu no mês de janeiro, em Porto Alegre (RS).

E no Brasil? Ao tratar a violência como "endemia", Luís Antônio Francisco de Souza, da USP, aponta que "o país ainda não conseguiu criar políticas públicas capazes de reduzir esses problemas". E, como essa cultura vem sendo construída ao longo dos séculos, o pesquisador não vê a possibilidade de reverter a situação. "Na educação e no direito ainda não foram criadas ações eficazes, e a resistência que existe na sociedade contra a discussão desses problemas parece não ter diminuído na velocidade

## Números da violência



Grande Rio e Grande São Paulo têm 16% da população brasileira e concentram 42% dos crimes de morte registrados anualmente no Brasil.

São 18 mil mortes num total de 43 mil homicídios.

88% dos casos registrados envolvem arma de fogo;

A cada 25 mortes, 24 são de homens;

Nos últimos vinte anos, o número de brasileiros assassinados aumentou 237%.

Fonte: Mapa da Violência III - Unesco/Datasus

que todos desejaríamos", historia Luís Antônio. Para o especialista, no entanto, "é possível melhorar a qualidade dos serviços públicos e, definitivamente, universalizá-los. Também é possível melhorar a qualidade do espaço urbano, com a implantação de projetos de valorização dos bairros e das iniciativas comunitárias para que os cidadãos ocupem um espaço que originalmente era seu".

Dos pequenos embates do Cotidiano às guerras em escala mundial, a humanidade vive em eterno conflito. A experiência de milhares de anos de beligerância, entretanto, ainda não aboliu a violência como forma de administrar diferenças. Elemen-

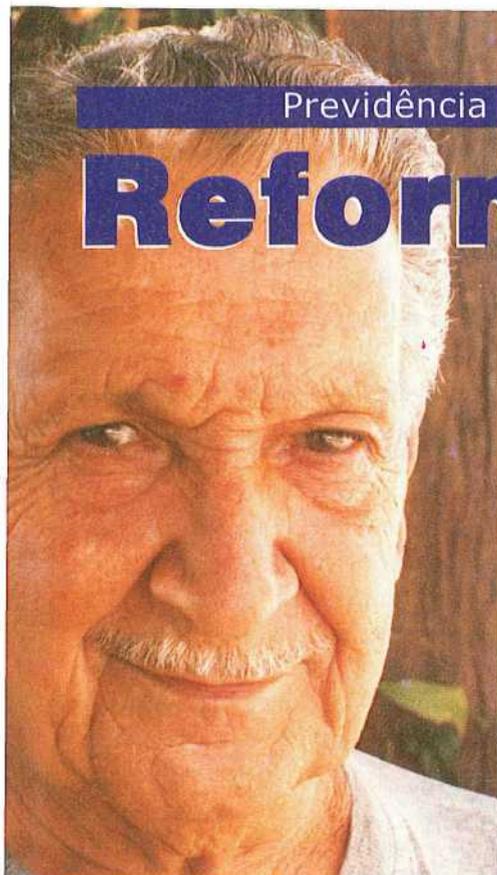
tos econômicos, geopolíticos, históricos, sociais e culturais compõem um mosaico em que, ao mesmo tempo, cabem a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque e também o terror imposto pelo tráfico nas ruas do Rio de Janeiro, as brigas de trânsito e as desavenças entre vizinhos ou parentes, entre tantos outros conflitos. Em todos os casos, a res-

posta pode estar numa ação seqüencial das pessoas, organizações e instituições. Ou, como traduz Luís Antônio, "precisamos diminuir nossa tolerância em relação à violência, precisamos nos indignar diante das injustiças e precisamos cobrar mudanças e agir no sentido delas".

**"Precisamos diminuir nossa tolerância em relação à violência", diz pesquisador**



# Reforma previdente



**Governo Lula coloca a reforma da Previdência entre suas prioridades**

**A**rrumar a casa, livrar-se da "herança maldita" deixada pelos governos anteriores e lançar as bases para as mudanças de que o país necessita. Essa tem sido a tecla na qual bate insistentemente os condutores do novo governo.

A prioridade à reforma previdenciária vem da avaliação do governo de que o sistema tornou-se fator preponderante no desequilíbrio orçamentário do país, com projeção de agravamento ano a ano.

Aos que contestam tal conclusão, o Ministério da Previdência Social contra-argumenta com dados que revelariam a fragilidade do sistema, sobretudo a do regime próprio dos servidores públicos. Se a necessidade de financiamento da Previdência em 2002 foi de R\$ 71,4 bilhões, ou 5,5% do PIB (Produto Interno Bruto), o regime próprio dos servidores custou R\$ 54,4

bilhões, 4,2% do PIB.

O desequilíbrio na Previdência do setor público, segundo o governo, começa no fato de que a relação entre o número de contribuintes e o número de beneficiários está em patamar crítico, com tendência ao agravamento. São 851.993 ativos para 933.921 aposentados e pensionistas. Os servidores contribuem com 11% de seu salário e recebem aposentadoria integral. Aposentam-se com 10 anos no setor público e cinco anos no cargo.

## *Teto para aposentadorias e cobrança de inativos*

Entre os itens da reforma está a criação de um regime previdenciário com teto único para as aposentadorias nos setores público e privado, no valor de R\$ 2.400,00.

Os atuais aposentados e os servidores que já têm os requisitos para se aposentar passam a pagar 11% sobre a parcela que exceder a R\$1.058,00.

A idade mínima de aposentadoria do servidor subiria para 55 anos (mulher) e 60 anos (homem). Aumentaria a carência para aposentadoria do servidor de 10 para 20 anos de serviço público e seria estabelecido o teto salarial de R\$ 17.170,00 para os três poderes.

Há os que consideram a taxação de inativos indevida e até inconstitucional. E há também quem acha que eles deveriam contribuir com um percentual inferior ao dos ativos, como advoga o pro-

fessor de Direito Previdenciário da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica), Wagner Balera.

Para o economista Ruy Brito, ex-presidente do Diap (Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar), não há privilégio aos servidores, uma vez que eles contribuem com base no salário integral para terem uma aposentadoria correspondente.

"A gestão estatal é que revelou-se incompetente, autoritária e conivente com as fraudes", diz ele.

Já César Benjamim, da coordenação nacional do Movimento Consulta Popular, considera que os problemas da Previdência "decorrem da combinação de desemprego, informalidade e baixo crescimento". A seu ver, "a Previdência não poderá se equilibrar - a menos que se proceda um genocídio de direitos - se o modelo econômico não for alterado".

**Cerca de 90% dos servidores aposentados recebem menos de R\$ 5.500 por mês**

## **Impacto na iniciativa privada**

Para os trabalhadores da iniciativa privada, a reforma da Previdência encaminhada pelo governo Lula ao Congresso tem uma única implicação: o teto da aposentadoria paga pelo INSS passa de R\$ 1.561,00 para R\$2.400,00.

Isso significa uma melhoria importante no valor do benefício para quem está entrando agora no sistema e também, em termos proporcionais, para quem já é contribuinte do INSS.

## O que muda com o projeto do governo

### Teto para aposentadorias

- O teto das aposentadorias no regime geral (INSS) sobe de R\$ 1.561,00 para R\$ 2.400,00. As aposentadorias do setor público serão limitadas a esse teto de R\$ 2.400,00. Quem já está no serviço público poderá, no entanto, optar por continuar contribuindo pelo salário integral e receber o benefício médio (nova fórmula de cálculo da aposentadoria, que leva em conta o histórico contributivo do servidor).

**Teto para salários** - O teto salarial na União será de R\$ 17.170,00 e nos estados e municípios será igual à remuneração de governadores e prefeitos, respectivamente.

**Fundos de pensão** - A União, estados e municípios poderão criar fundos de pensão para complementar a aposentadoria dos seus servidores.

**Pensões** - As pensões de servidores públicos serão equivalentes a 70% da aposentadoria ou do salário de quando o servidor estava na ativa.

**Taxação de inativos** - Os servidores públicos que já se aposentaram ou que já têm requisito para se aposentar passam a contribuir para a previdência com 11% sobre o que exceder a R\$ 1.058,00. Quem se aposentar pelas novas regras pagará 11% sobre o que exceder a R\$2.400,00.

**Idade mínima** - A idade mínima de aposentadoria para os servidores públicos subirá de 48 anos para 55 anos (mulheres) e de 53 anos para 60 anos (homens).

**Carência** - Aumenta a carência para aposentadoria de 10 para 20 anos no serviço público. 

# Adequação para os planos de benefícios

## Acordo de quitação da dívida da Caixa poderá comprometer resultado da fundação

O desconto de R\$ 1,4 bilhão no acordo para quitação da dívida da Caixa com a Funcef, aprovado em 14 de abril no Conselho Deliberativo, com o voto contrário dos conselheiros eleitos, não é o único problema que poderá vir a comprometer os resultados da fundação. O entendimento é de que o valor desse desconto fará falta para a garantia do compromisso assumido para o pagamento das aposentadorias. Devido a ele, por exemplo, os associados da ativa terão um aumento nas suas contribuições, passando de 14% para até 23% (última faixa).

Além do mais, a Funcef tem pela frente a tarefa de equacionar os graves problemas dos planos de benefícios. E, com certeza, o desconto concedido fará falta para a fundação fazer as devidas adequações no REG e no Replan. Sobre essa questão, especificamente, os membros eleitos do Conselho Deliberativo - José Carlos Alonso, Antônio Bráulio de Carvalho e Francisca de Assis Araújo - divulgaram documento no qual

defendem uma discussão global da situação da fundação, incluindo revisão do método de cálculo das reservas dos planos REG e Replan, criação de novo plano sem os vícios do REB I e II, gestão paritária e adequação à nova legislação, com inclusão do benefício proporcional diferido, resgate e portabilidade. Neste debate global, eventual ajuste da dívida só deveria ser observado após a constatação das reais necessidades da Funcef.

Essas medidas são adequadas para fomentar a estabilidade nas relações entre a Caixa, Funcef e participantes.

Foi com o objetivo de aprofundar o debate em torno de todas essas questões que a Fenae (Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa), na condição de assistente na ação de execução da dívida, contestou judicialmente os termos do acordo.

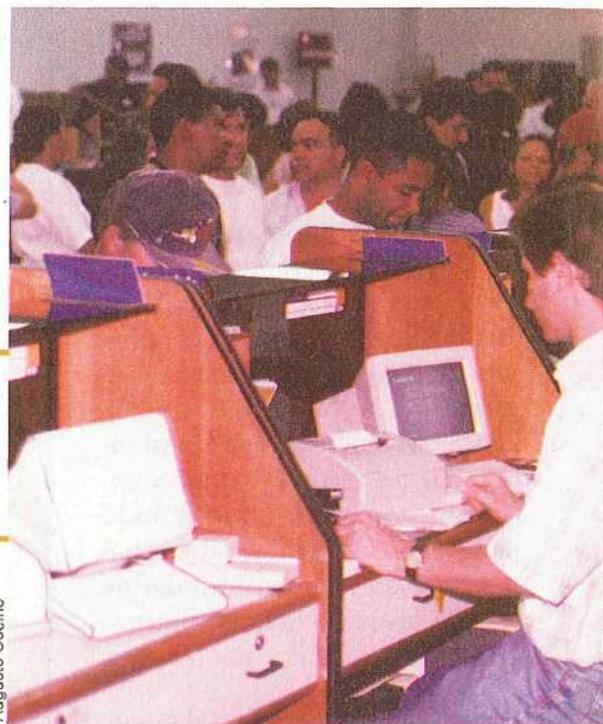
A constestação da Fenae, impetrada no início de maio, visa impedir que haja prejuízo para os associados e participantes da fundação e, agora, aguarda parecer do juiz da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Um balanço mais detalhado sobre todas estas questões consta em edição especial da revista **FENAE AGORA**, que circulou recentemente.

Uma das tarefas é equacionar os graves problemas dos planos de benefícios

# Política para as metas em xeque

No decorrer dos últimos anos, as diretrizes para a medição de metas causaram verdadeiro caos na Caixa. Nova direção da empresa apresenta modelo para alterar essa realidade

*Pressões de todos os tipos ainda fazem parte do Cotidiano dos empregados da Caixa*



Augusto Coelho

A direção da Caixa Econômica Federal apresentou, no início de abril, seu novo modelo de gestão para a política de cumprimento de metas. As propostas para alcançá-lo estão descritas em um documento chamado "Gestão - rede Caixa: desempenho e desenvolvimento".

Uma das características do novo modelo, que substituiu o Sidem (sistema de medição), é a ausência de ranking de agências. Em lugar dessa antiga metodo-

logia, que provocou um verdadeiro caos nas unidades, a nova direção da empresa pretende implementar um painel de controle sintetizado em um gráfico de acompanhamento de desempenho. Foram definidas algumas premissas para a implementação do novo modelo, como a transparência e a garantia de sinergia entre as unidades, de modo a evitar qualquer tipo de concorrência interna. A idéia central por trás do documento é de que a Caixa precisa ter

ações administrativas e coordenadas entre si.

A necessidade de alterar a sistemática de metas, que no modelo anterior estava focada exclusivamente no produto, sempre foi defendida pelas legítimas representações dos empregados. A iniciativa constitui o começo de uma tentativa para implantar um novo ordenamento na forma de trabalho dentro da empresa, compatível com as transformações sociais e políticas em curso no país.

## A Caixa Econômica Federal em números

| R\$ Milhões                    | 2000           | 2001           | 2002           |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Patrimônio líquido             | 3.070.024,00   | 3.891.469,00   | 34.628.121,00  |
| Ativos totais                  | 126.080.240,00 | 101.330.651,00 | 128.417.934,00 |
| Operações de crédito           | 69.991.573,00  | 20.946.301,00  | 23.535.503,00  |
| Depósitos totais               | 63.120.664,00  | 69.257.266,00  | 76.606.306,00  |
| Lucro líquido                  | 372.287,00     | (4.687.332,00) | 1.081.093,00   |
| <b>Rede de distribuição</b>    |                |                |                |
| Número de agências             | 1.691          | 1.691          | 1.621          |
| Números de PABs + PAAs         | 231            | 231            | 231            |
| Total de pontos de atendimento | 1.922          | 1.922          | 1.922          |
| Número de empregados           | 53.760         | 54.800         | 55.404         |

Fonte: Dieese - Subseção Fenaef



### *Novo modelo prevê seis dimensões para as metas*

O foco do novo modelo passará a ser colocado em seis dimensões: rentabilidade, metas estratégicas, objetivos de comercialização, participação de mercado, qualidade de atendimento e pessoas. O documento "Gestão - rede Caixa: desempenho e desenvolvimento" explicita, inclusive, o peso de cada uma dessas dimensões dentro do novo sistema, a saber: rentabilidade (busca demonstrar o resultado de forma quantitativa, orçado e realizado para o produto e de forma qualitativa, para despesas administrativas em relação a índices de eficiência e de resultado); metas estratégicas (monitoramento das metas consideradas como estratégicas, como no caso do acesso à moradia, do emprego e renda e da captação e formação de poupança); ob-

jetivos de comercialização (visa acompanhar a qualidade das vendas praticadas em cada segmento); participação de mercado (relação da Caixa com o comportamento do mercado); qualidade de atendimento (busca aprimorar o nível de satisfação dos clientes) e gestão de pessoas (visa identificar as competências instaladas e o desempenho dos gestores das unidades).

Iniciativas  
contra a  
violência ainda  
representam  
manifestações  
isoladas

No lugar de metas inatingíveis, rotinas de assédio moral, aumento acelerado da jornada de trabalho e discriminação ao cliente de baixa renda, iniciativas democráticas precisam ser adotadas em cada área. Esse objetivo será alcançado, sobretudo, na medida em que os empregados sejam convidados a participar da reconstrução do banco. O resgate da ética e da moralidade dentro da Caixa continua essencial.

## FGTS: maior agilidade para corrigir perdas

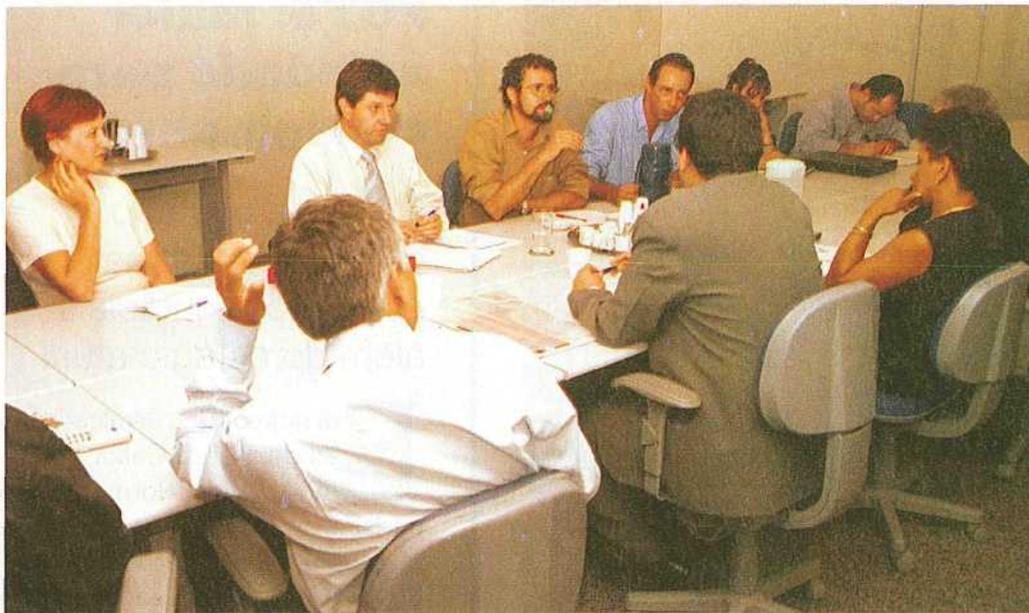
Caixa decide não estender algumas pendências judiciais além do estágio atual

Em nota oficial, divulgada em 24 de abril, a Caixa Econômica Federal formaliza sua desistência de recorrer nas ações que cobram a correção de expurgos do FGTS em planos econômicos de 1989 e 1990. O índice chega a 68,9% e se refere a 16,64% do plano Verão e 44,80% do plano Collor I. O documento esclarece que a empresa irá desistir apenas dos recursos judiciais proferidos em conformidade com a jurisprudência do STF (Supremo Tribunal Federal).

Com essa decisão da Caixa, que optou por não estender as pendências judiciais além do estágio atual, cerca de 10% dos 60 mil processos que estão no STJ (Superior Tribunal de Justiça) será finalizada. Há a previsão de que a empresa gaste R\$ 3 bilhões para reajustar as contas.

A maioria das ações foi impetrada por sindicatos ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Em 2000, quando o governo Fernando Henrique Cardoso e a Força Sindical fecharam acordo para o pagamento extrajudicial da correção do FGTS, a CUT posicionou-se contra a medida.

A nota da Caixa informa ainda que a empresa irá manter todos os recursos que trazem decisões sobre aspectos processuais, como incidências de custas, honorários advocatícios, juros moratórios etc.



Augusto Coelho

Representantes dos bancários em rodada de negociação com a direção da Caixa, no dia 29 de abril

## Representações dos empregados garantem avanços em negociações

A revogação da RH 008, norma que viabilizava a caça às bruxas através da demissão sem justa causa, foi a mais importante conquista obtida até agora

A diretoria da Caixa acatou reivindicação das representações dos empregados e anunciou a revogação da RH 008, norma que permitia aos administradores realizarem demissões sem justa causa, de forma indiscriminada. A medida foi formalizada em reunião de negociação com a CNB/CUT (Confede-

ração Nacional dos Bancários), no dia 29 de abril. Estavam presentes também integrantes da CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados), que presta assessoria à Confederação nas discussões com a empresa.

Desde que passou a vigorar - em 18 de fevereiro de 2000 - até a sua revogação, a RH 008 atingiu 441 empregados em todo o país. Destes, apenas 68 foram reintegrados à empresa por força de ações judiciais.

Além de colocar centenas de bancários no olho da rua, a norma funcionou também nesse último período como instrumento de

intimidação e de perseguição dentro das unidades. Servia tanto para enxugar o quadro de pessoal como para forçar a sujeição ao assédio moral, visando, sobretudo, a imposição de metas absurdas.

O fim da RH 008 representa importante vitória do movimento dos empregados, porque cria condição para o restabelecimento de um mínimo de democracia dentro da empresa.

Reverte o processo de deterioração das relações de trabalho e interpessoais, com implicações positivas no desempenho profissional e no resgate da auto-estima dos empregados.

Em dois anos e dois meses, a RH 008 atingiu 441 bancários da Caixa em todo o país

## Outros avanços conquistados

**PCS** - A Caixa instalou um GT (Grupo de Trabalho) próprio, para discutir a revisão do PCS (Plano de Cargos e Salários). A empresa admitiu que há no PCS problemas que requerem soluções urgentes. O GT será coordenado pelo membro da Comissão de Negociação da empresa Sebastião de Andrade. Será contratada uma empresa de consultoria para pesquisar planos de cargos e salários aplicados por empresas do mesmo porte da Caixa.

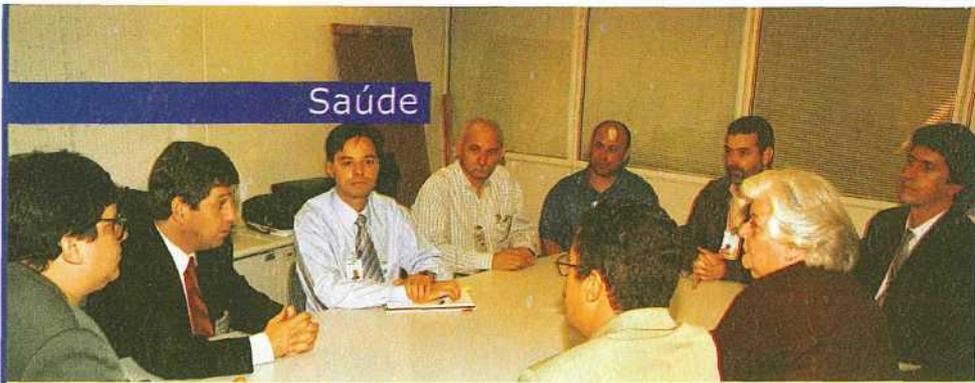
**Saúde** - A Caixa aceitou a formação de um GT para discutir o Pams, o PRT e a RH 025, que determina regras para a revisão de licenças médicas. O GT foi instalado no dia 12 de maio. (*Ver matéria ao lado*)

**RH 002** - A Caixa já oferece curso de integração ao novo empregado e será garantido um sistema de avaliação em duas etapas, a primeira em 45 dias e a segunda em 75 dias. A metodologia prevê a participação de mais de um avaliador. Além do gestor da unidade, participarão do processo o orientador do estágio e dois membros da equipe.

**Terceirização** - A Caixa comprometeu-se em realizar estudos para fazer a substituição das atividades terceirizadas. A empresa busca autorização do Ministério do Planejamento para a contratação de 20 mil trabalhadores concursados.

**Organização do movimento** - Ficou definida a liberação de 60 dirigentes sindicais, medida que aponta para a reversão da política de aniquilamento das entidades representativas dos empregados, que imperou na era FHC, sobretudo a partir da gestão de Emílio Carazzai.

Foi acertado também o acesso de representações dos empregados ao correio eletrônico da empresa. Será alocado no CaixaMail links da CNB/CUT e da Fenae. ■



## A busca por soluções rápidas

Foi dada a largada. O grupo de trabalho Saúde/Caixa, instalado no último dia 12 de maio, já discutiu as diretrizes para a implementação de uma política real de saúde, área que foi sucateada a partir de instrumentos como o novo modelo de Pams (Programa de Assistência Médica Supletiva), PRT (Programa de Readaptação ao Trabalho) e a norma RH 025, que trata de regras para a revisão das licenças médicas. O relatório foi concluído em 23 de maio, mas será acrescido ainda de subsídios dos seminários regionais promovidos por sindicatos dos bancários e associações de pessoal. Com base nele, CNB/CUT e Comissão de Negociação da Caixa irão negociar um novo modelo de política para a área de saúde.

Nos últimos oito anos, a incidência de doenças ocupacionais - aí incluídos os distúr-

bios psíquicos adquiridos em decorrência do assédio moral, do aumento da jornada e da imposição de metas - transformou-se em um pesadelo. A ponto da empresa ter adotado uma política cuja síntese era impedir que os bancários se afastassem, nem que para isso eles ficassem expostos cada vez mais a doenças de todos os tipos.

Na opinião de Plínio Pavão de Carvalho, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e integrante do GT Saúde/Caixa, a gestão de uma nova política de saúde na Caixa deve ser compartilhada, democrática e transparente. Entre as soluções para os problemas de saúde, Plínio Pavão aponta a implementação de programas de prevenção - "uma das únicas maneiras de evitar que os empregados sejam acometidos por doenças relacionadas ao trabalho".

### Composição do GT Saúde/Caixa

#### Representantes indicados pela CNB/CUT

Plínio José Pavão de Carvalho (Seeb/SP)  
Francisco Erismar da Silva (PAB Autran Nunes/CE)  
Jailson Bueno Prodes (Agência Cristo Redentor/RS)

#### Representantes indicados pela Caixa

Christian Vieira Castro (Resrh/DF - coordenador)  
Maria Júlia Arrais de Moraes Moreira (Reple/GO)  
Luiz Márcio Carvalho de Andrade (Rerhi/BH)

#### Representante indicada pela Fenacef

Laura Augusta Gatti Vidrai (Aposentada/SP)

# O cálculo da inflação

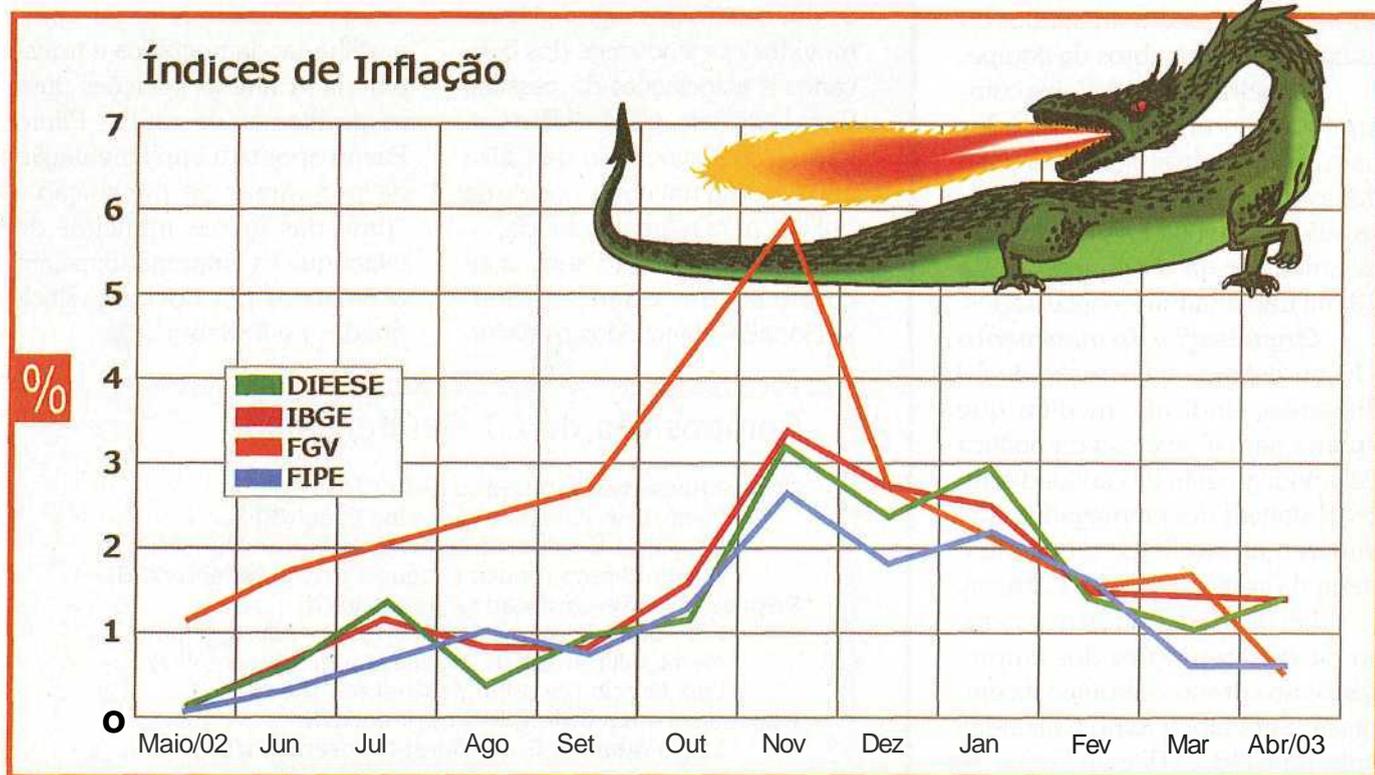
Uma das principais tarefas do Dieese, desde sua criação, foi calcular o índice de custo de vida. Em 1958, diante da ação dos empresários que utilizavam índices sem qualquer critério técnico explícito, e voltados para justificar reajustes salariais irrisórios, alguns sindicatos decidiram calcular um custo de vida dos trabalhadores paulistanos em que confiassem e tivesse credibilidade técnica. Assim nasceu o índice de Custo de Vida (ICV), calculado pelo Dieese.

Todas as instituições que têm índices de preços ao consumidor necessitam fazer, periodicamente, uma Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que visa acompanhar as mudanças nos hábitos de consumo da população, permitindo, assim, que seus índices reflitam melhor a realidade. O Dieese já realizou quatro pesquisas no município de São Paulo, visando apurar os hábitos

de consumo e a forma como as famílias distribuem seus orçamentos, em determinados estratos de renda, que atualizam o índice de Custo de Vida.

O número de bens e serviços pesquisados mensalmente em São Paulo chega a 763

Essa pesquisa periódica se faz necessária, pois novos bens e serviços são incorporados ou abandonados, como por exemplo: leite longa vida, enlatados, CD, seguro-saúde, forno microondas, vídeo-cassete, enquanto a TV branco e preto e o disco de vinil desapareceram. Para se ter uma idéia da dimensão de uma pesquisa de custo de vida, o número de bens e serviços pesquisados mensalmente pelo Dieese na cidade de São Paulo chega a 763, representando mais de 90% das despesas das famílias, com cerca de 50 mil cotações mensais de preços. Por isso, quando um determinado item que tem um peso grande na nossa despesa familiar sobe bastante e não o vemos refletido totalmente no índice mensal, é porque a pesquisa engloba um conjunto de bens e serviços cujo peso na despesa familiar foi pesquisado entre centenas de famílias de diferentes bairros, com diferentes rendas. Os índices de custo de vida não refletem situações individuais, mas variações médias de um conjunto de bens e serviços, pesquisados diariamente em diversos pontos da cidade.





Augusto Coelho

A CUT já participou de diversas jornadas por liberdades democráticas

**Congressos nacionais definem políticas da CUT**

Nestes 20 anos de existência, a CUT já realizou oito congressos nacionais, precedidos de Cecuts (congressos estaduais). O último Concut (8º congresso nacional) iria ocorrer em São Paulo, de 3 a 7 de junho, após o fechamento desta edição, e teria como um de seus focos o debate em torno da relação da central com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O 8º Concut também deveria debater resolução em defesa da modernização da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e de uma nova estrutura sindical para o país. Dois assuntos que em breve estarão sendo objetos de uma proposta de reforma do governo Lula: a trabalhista e a sindical.

**Estrutura da central prioriza organizações por atividade**

A 'biografia' da CUT está asentada em duas estruturas: horizontal (CUTs estaduais e regionais) e vertical (organizações nacionais por ramo de atividade, a exemplo da CNB/CUT - Confederação Nacional dos Bancários). A rigor, a CUT constitui uma forte referência para a classe trabalhadora do país. Aos metalúrgicos juntam-se trabalhadores rurais, servidores públicos, bancários, petroleiros etc.

# Sem medo de ser a voz dos trabalhadores

De norte a sul do país, a CUT marca presença na luta em defesa da democracia e da cidadania. Um de seus princípios é a organização autônoma dos trabalhadores

maior central sindical da América Latina.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, em meio ao processo de reorganização da sociedade civil, a fundação da CUT decorre de um amplo movimento contra o autoritarismo e em defesa da democracia e da cidadania, denominado "novo sindicalismo".

Traço característico da central é integrar e articular - numa perspectiva classista - a luta dos trabalhadores ativos e inativos, do setor público e privado. Um dos princípios que rege esse objetivo é a defesa da organização independente dos trabalhadores frente ao Estado e aos partidos políticos. Hoje, a CUT ocupa a vanguarda das jornadas de luta por liberdades democráticas no país, como ocorreu na época das Diretas-Já.

O ano de 1983 é muito importante para os trabalhadores do campo e da cidade do Brasil. Em 28 de agosto, surge a CUT (Central Única dos Trabalhadores), hoje organizada em todo o país. O guarda-chuva da CUT abriga cerca de 3.200 entidades sindicais. Isso representa mais de 22 milhões de trabalhadores. É a

A rigor, a CUT defende uma nova estrutura sindical para o Brasil

# O mercado financeiro

O mercado financeiro tem um papel preponderante nas atividades econômicas, funcionando como um sistema de "vasos comunicantes", ligando e transferindo recursos de um setor ao outro. Aqui fica explicado a posição estratégica que a capilaridade ocupa na atividade. Não é à toa que existem agências em todo o Brasil: capta-se em um mercado (ou região) e aplica-se em outro. A lógica da diversificação, além da ponderação de

risco, adere a este conceito também, uma vez que se procura diferentes formas de captar dinheiro (fundos de pensão, títulos de capitalização, poupança) para aplicá-lo em diferentes setores (títulos do governo, ações, operações de crédito). Em resumo, o sistema financeiro intermédia as relações de quem oferta para quem demanda recursos.

Pense na importância disto em um país com o nível de concentração de renda como o Brasil!

A importância de um sistema financeiro eficiente é perceptível, mas algo que não fica muito explícito na atividade bancária é o seu produto.

Por que uma pessoa, física ou jurídica, deixa seu dinheiro no banco? Em um supermercado, deixa-se o dinheiro mas fica-se com um produto. Nos bancos, as transações acontecem com base na confiança e não só na troca pura e simples. A instituição que garante tal credibilidade ao sistema é o Banco Central e não os setores de marketing dos bancos.

E o que é Banco Cen-

tral? O Banco Central é o banco dos bancos. A sua atuação se dá em um ambiente muito sofisticado. Neste mercado, informação e seu tratamento é altamente valorizada e necessária. No Bacen passam diariamente as principais transações dos bancos (e, no Brasil, o sistema financeiro é 98% bancarizado), corretoras e outras entidades afins. Por outro lado, sua função é o controle social do sistema. Ele é o representante da sociedade na regulação e condução do sistema. Contudo, é o Banco Central contra as demais 150 instituições. É um departamento de fiscalização contra 150 departamentos jurídicos. É lógico que o Banco Central possui alguns recursos quanto a isto, mas ainda existem possibilidades imensas dos bancos agirem em conjunto, por exemplo.

Não é à toa que boa parte da categoria bancária (e do sistema financeiro) tem no histórico certo apoio ao atual governo: em nossa atividade nos deparamos constantemente com informações que explicitam as especulações que agridem o desenvolvimento e ampliam a concentração de renda no país. Aprofundar o entendimento deste sistema é primordial para intervir em sua condução. Esta coluna terá uma abordagem didática e sistemática (não circunstancial) de questões pertinentes ao sistema financeiro, de forma a subsidiar este debate.

▶ *A coluna Formação é produzida pela Subseção do Dieese na Fenaef*





*Delegados sindicais dão auxílio aos sindicatos nas unidades da Caixa*

# Olhar atento para garantir direitos

Processo de eleição de delegados sindicais é importante para a retomada da organização nos locais de trabalho

**O**s empregados da Caixa realizaram, no decorrer do mês de maio, eleições para delegado sindical nas unidades da empresa. O processo foi orientado pela CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários), que ao mesmo tempo está negociando com a direção da Caixa o reconhecimento oficial dessa instância de representação sindical. Entre os sindicatos que realizaram eleições, estão Brasília (DF), Florianópolis (SC), Juiz de Fora (MG), além de vários no Rio Grande do Sul e São Paulo.

**Papel dos delegados sindicais é exigir respeito aos direitos dos empregados**

A necessidade de reconhecimento dos delegados esteve presente em todas as reuniões de negociação entre a CNB/ Caixa e a Caixa. A CNB apresentou à Caixa ainda em 1993 um regulamento sobre os delegados, com a proporção de representantes por unidade e requisitos para ser eleito.

Para a confederação, "o tema é de vital importância para a retomada da organização dos empregados nos locais de trabalho". Entre as atribuições do delegado sindical, estão o auxílio à organização dos sindicatos, exigindo o respeito aos direitos dos empregados e evitando que a empresa e seus administradores abusem de suas funções.

Confira na página da Fenae ([www.fenae.org.br](http://www.fenae.org.br)) o texto do regulamento de delegados, apresentado pela CNB/CUT à Caixa.

## *Organização começou com luta pela sindicalização*

No dia 18 de dezembro de 1985, foi publicada a lei 7.449, que assegurou aos empregados da Caixa o direito à sindicalização. No dia anterior, os trabalhadores da empresa haviam garantido por lei a jornada de seis horas.

As conquistas foram resultado de anos de luta dos empregados, com apoio dos clientes e usuários da Caixa, de toda a sociedade e de representantes no Congresso Nacional. A luta pelo direito à sindicalização e pela jornada de seis horas surgiu com o movimento dos auxiliares de escritórios, cujo nome mudou posteriormente para escriturários básicos (EB). Esse segmento iniciou um processo de organização para enquadramento como escriturários na carreira técnico-administrativa. O movimento obteve caráter mais amplo a partir da luta pelo reconhecimento dos empregados como bancários.

Um dos momentos mais marcantes do processo de reivindicação foi a greve nacional de 24 horas no dia 30 de outubro de 1985. A adesão foi de 100% dos empregados.

# Emprego: o espaço municipal

► **Marcio Pochmann**

*Professor licenciado da Unicamp e Secretário do Trabalho do município de de São Paulo.*



O nível de emprego constitui uma variável cuja determinação não pode ser encontrada na esfera municipal de um país. Por estar associado ao comportamento geral da demanda agregada do conjunto de uma economia (gasto e investimento), a performance do emprego em âmbito municipal depende direta e indiretamente da condução das políticas macroeconômicas.

Desde 1990, as políticas macroeconômicas não foram favoráveis ao emprego. Por conta disso, o país passou a registrar taxas de desemprego elevadas, somente comparáveis aos períodos recessivos. Praticamente todos os segmentos sociais se viram associados a perda de emprego, inclusive para aqueles com mais anos de estudo. De um total de menos de 2 milhões de desempregados, segundo o IBGE, em 1989, o Brasil contou, em 2001, com quase 8 milhões de pessoas sem emprego, assim como o desemprego cresceu mais para pessoas com maior nível de escolaridade.

No município de São Paulo não foi diferente do que ocorreu em termos nacionais. A quantidade de desempregados foi multiplicada por cinco no mesmo período de tempo, fazendo com que a cidade possua atualmente mais desempregados de nível universitário do que analfabetos.

Não obstante as restrições impostas pelas políticas nacionais do trabalho ao espaço municipal, a cidade de São Paulo não ficou inerte. Desde 2001 vem avançando rapidamente na constituição do que se pode chamar de sistema público de emprego.

De um lado, possui quase um terço do total de desempregados paulistanos beneficiados com medidas temporárias de no mínimo seis meses de garantia de renda associadas ao desenvolvimento de programas de capacitação ocupacional. Tudo isso financiado com recursos do orçamento do município de São Paulo.

Durante o ano de 2002, por exemplo, a capital paulistana financiou com recursos próprios aproximadamente 84 mil trabalhadores desempregados, com jornada média de cursos de 284 horas. Nos planos federal e estadual, os cursos são financiados, na maioria das vezes, com recursos do (FAT), Fundo de Amparo do Trabalhador, com jornada média de capacitação não superior a 80 horas, apresentando custo médio quase seis vezes maior do que os cursos desenvolvidos pelo município de São Paulo.

Além da garantia temporária de renda associada à realização de um grande programa de capacitação ocupacional, a

Prefeitura de São Paulo oferece também mais duas ações direcionadas à reinserção do desempregado no mercado de trabalho financiadas com recursos orçamentários próprios. Como medidas ativas de emprego implementadas pela atual administração, ganham relevância as linhas de financiamento de microcrédito com taxas de juros reais negativas. Também aos empreendimentos à as ações de geração de vagas por meio dos fóruns de desenvolvimento setoriais e distritais importantes para a produção e emprego.

Por meio de uma rede de intermediação de trabalho, a prefeitura paulistana consegue recolocar no mercado de trabalho desde cooperativas e pequenos empreendimentos populares, passando por trabalhadores autônomos e trabalhadores assalariados. O Pacto pelo Emprego, constituído no município entre o poder público, trabalhadores e empresas em 2002, tem sido fundamental para oferecer alternativas de trabalho e renda aos milhares de desempregados. Ainda que somente o fim do modelo econômico neoliberal possa conter a geração de mais desempregados, o espaço municipal continua a oferecer alternativas importantes e não desprezíveis aos trabalhadores e empresários.



Nova diretoria da Apcef, em foto com convidados da posse, em Porto Alegre

## 50 anos com nova diretoria e eventos

Eleita recentemente para novo mandato, a diretoria da Apcef/RS prepara as comemorações dos 50 anos da associação. Tudo começou no ano passado, com a escolha do selo comemorativo. No dia 14 de junho, um dia após o aniversário, acontece baile na sede da associação. Para o final do ano, está sendo planejada uma olimpíada entre todos os associados. Por falar em esporte, o Rio

Grande do Sul enviará sua delegação a Florianópolis, para a terceira edição dos Jogos do Sul dos empregados da Caixa.

A Apcef também mantém atividades culturais para os associados. O grupo teatral Caixa de Pandora, por exemplo, completa 23 anos e estuda textos para o segundo semestre. O Coral da Caixa, com 10



anos, mantém a tradição de apresentações no interior do estado. A Apcef também está presente na gestão do Bar Cia de Arte Café, espaço cultural da prefeitura de Porto Alegre.

Empossada no dia 30 de abril, a diretoria da Apcef, ao mesmo tempo, pretende manter a linha de de-

fesa da Caixa como banco público e o respeito aos direitos dos empregados. Pela primeira vez, aliás, uma mulher foi eleita para a presidência. Célia Zingler havia sido escolhida vice-presidente na eleição

anterior e assumiu o cargo no decorrer da gestão. A diretoria também tem Devanir Camargo da Silva, conselheiro fiscal da Fenae, na pasta de Relações do Trabalho. **FA**

### Responsabilidade Social

## Direito de Sonhar

Em parceria com as associações estaduais, a Fenae está lançando Direito de Sonhar, um programa de atendimento a crianças carentes. O objetivo é inserir o movimento associativo dos empregados da Caixa na construção de uma nova sociedade, mais justa e solidária.

O projeto tem também a perspectiva de ter parceiras com outras entidades e empre-

sas locais e nacionais, na busca de recursos e profissionais voluntários.

Entre as ações a serem desenvolvidas estão orientação de tarefas e reforço escolar; atividades esportivas e culturais; preservação ambiental; formação para a cidadania; atendimento familiar (assistência psicossocial, com ênfase na geração de renda através de cursos para a produção



de alimentos e artesanato e na alfabetização de adultos); e reforço alimentar (fornecimento de uma refeição balanceada).

Assim, Direito de Sonhar buscará, por meio da inclusão social das famílias envolvidas, a distribuição indireta de renda e a redução da evasão escolar, da violência e dos riscos de garotos e garotas se envolverem com a criminalidade. **FA**

# Vazão ao talento

**O**s empregados da Caixa de todo o país têm nova oportunidade de revelar e divulgar seus talentos literários. A Fenae promove este ano concursos de crônicas, contos e dramaturgia, para textos que tratem de nossa realidade política e social.

As inscrições para o concurso de crônicas vão até 30 de junho, para o de contos até 31 de julho e para o de dramaturgia até 29 de agosto (confira o regulamento na página [www.fenae.org.br](http://www.fenae.org.br)).

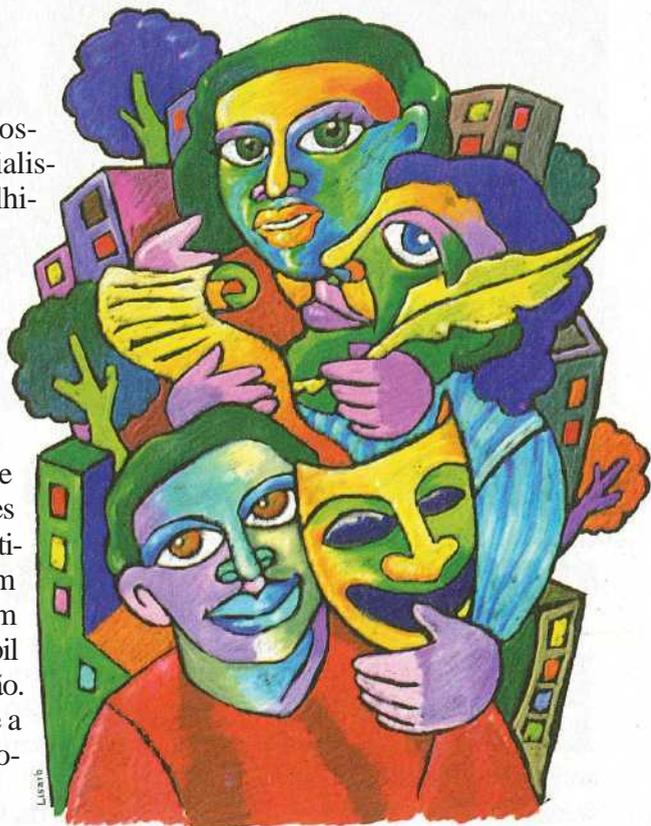
Nas três categorias, os primeiros colocados receberão prêmios de R\$ 1.500,00, os segundos de R\$ 1.000,00 e os terceiros de R\$ 500,00.

As comissões julgadoras dos

concursos serão compostas por artistas e especialistas de cada área, escolhidos pela Fenae.

## Corais gravarão CD

A Fenae patrocinará ainda a produção e gravação de um CD de corais. Há nas associações estaduais oito corais em atividade e outros oito com possibilidade de serem reativados em tempo hábil para participar da gravação. Os CDs serão vendidos e a renda revertida para o projeto Fome Zero.



## Esportes

# Integração através de Jogos Regionais

**O**s bancários da Caixa terão pela frente uma temporada de prática esportiva e de competições, nas mais diversas modalidades. As



associações de pessoal foram orientadas pelo CDN (Conselho Deliberativo Nacional) da Fenae a promoverem no próximo período os jogos regionais, eventos que primam pelo espírito de participação e de integração.

A Fenae atuará como organizadora do calendário e colaboradora. Está programada para o período de 19 a 21 de junho, em Florianópolis (SC), a edição dos III Jogos do Sul, envolvendo as associações do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Serão disputadas modalidades co-

letivas (futsal, voleibol masculino e feminino, futebol Soçate livre e master), individuais (tênis de campo, xadrez, sinuca, tênis de mesa e corrida rústica) e de duplas (vôlei de areia masculino e feminino e tênis de campo).

Estão sendo preparados também os Jogos do Centro-Oeste (GO, DF, MT e MS), para agosto, em Goiânia; os Jogos do Sudeste (SP, ES e MG), para outubro, no Espírito Santo; e os Jogos do Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA), para novembro, em Fortaleza (CE) ou João Pessoa (PB). A Apcef (TO) estará nos Jogos do Centro-Oeste e a Apcef (DF) participará também dos Jogos do Sudeste, como convidadas.

# Hermeto, o maestro do mundo verde-esperança

► **Tárik de Sousa**  
Jornalista

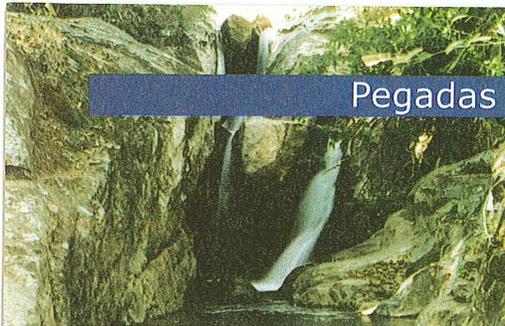
É possível viver de música instrumental num país onde apenas os cantores são valorizados? Sim, se você for um abnegado, trabalhar com afinco e ainda por cima tiver o talento de Hermeto Pascoal, raro exemplo de instrumentista com status de ídolo na mídia que sustentou a família com sua profissão incerta. E não é uma família pequena. O alagoano de 66 anos, viúvo, com uma namorada de 23, já está na terceira geração como comprovam os nomes dos netos Taiane, Celso, Airan, Uina, Caio, Taynara, Joyce, Ilzinha, Aluxan, Ursula, Renan, Camila e Ailin, que intitulam 13 das 14 faixas (a outra é dedicada a outro músico brasileiro, Victor Assis Brasil, já falecido) de seu novo disco "Mundo verde esperança". A edição é do selo Rádio MEC/BR, que rompe o tabu dos 12 anos em que o bruxo de sons do bairro do Jabour (perto de Bangu, na periferia do Rio) não gravava com seu grupo. Mas a prática coletiva tem ainda outro significado no caso de Hermeto.

Ele começou na sanfona nos forró e feiras com o irmão José Netto e formou com o mano e Sivuca um conjunto chamado O Mundo em Chamas, devido à coloração capilar do trio. Na bossa nova integrou o Som Quatro e o Sambrasa Trio. Mas



foi revelado no Quarteto Novo, onde ao lado das feras Airto Moreira (percussão), Theo de Barros (violão) e Heraldo do Monte (viola) modernizou a abordagem do baião, coco, xaxado e outras bossas nordestinas. O grupo durou pouco e Hermeto logo se transformaria num solista de reconhecimento internacional. O jazzista Miles Davis, com quem tocou, gostou tanto de seu trabalho que assinou duas de suas composições. Mas acantonado no Jabour, criou uma usina sonora por onde passaram entre outros, o multisopros Carlos Malta e o sax/flautista Mauro Senise. Também saíram de lá o tecladista Jovino Santos Netto (radicado nos EUA), o baterista Nenê (na Europa) e o baixista Itiberê Zwarg, que montou a populosa Orquestra Família. O líder e alguns de seus integrantes tem participação no CD "Mundo verde esperança", ao lado do grupo de base de Hermeto com André Marques (piano), Márcio Bahia (bateria e percussão), Vinícius Dorin (sax, flauta e flautim), Fábio Pascoal (percussão).

Ao longo das faixas, Hermeto reveza-se na flauta baixo, teclados, escaleta, violas, cavaquinho, flugelhorn, berrantes e "balas mastigadas dentro do copo". Adepto da filosofia de que todo som é musical, ele já utilizou de panelas com pedras ou água ao grunhido de porcos em suas performances. Em disco, o inusitado desses timbres mostra um criador sempre em busca de surpreender o ouvinte, o que ele também faz nas mudanças bruscas de andamentos, jogos de vozes acopladas a instrumentos, prática de dissonâncias e uma constante alternância de ritmos. "É muito difícil definir o meu trabalho, porque faço um som que não tem rótulo. Tenho influencia de coisas que aparentemente não podem ser chamadas de música", diz ele no texto de apresentação do disco. "Tudo me inspira, as pessoas, a rua, as estradas, as viagens, o céu, os pássaros, o mar. Nós somos o instrumento mais perfeito que existe, o corpo da gente, a nossa voz". E Hermeto, o maestro disso tudo.



Pegadas



Divulgação



# Amor à natureza, fé e pé na estrada

Considerada versão brasileira do Caminho de Santiago de Compostela, entrou em atividade no início deste ano uma rota de peregrinação e turismo ecológico, pelo sul de Minas e Vale do Paraíba

Foi inaugurado em 12 de fevereiro deste ano o Caminho da Fé, rota de 415 quilômetros de extensão, que se inicia em Águas da Prata (SP), passa por vários municípios do sul de Minas Gerais e entra novamente em São Paulo, indo até Aparecida, cidade do vale do Paraíba, onde encontra-se o maior santuário do Brasil.

O Caminho da Fé é considerado uma versão brasileira do Caminho de Santiago de Compostela, uma das principais rotas sagradas dos cristãos, de quase 800 quilômetros, no norte da Espanha. A ligação entre ambos está, inclusive, na origem da concretização do itinerário brasileiro. O Caminho da Fé foi idealizado pelo fiscal de renda aposentado e empresário do ramo de alimentos integrais e naturais de Águas da Prata Almiro Grings, de 62 anos. Ele percorreu duas vezes o Caminho de Santiago e lá teve a idéia do percurso que promove o encontro imaginário de padre Donizetti Tavares com a sua santa de devoção, Nossa Senhora Aparecida. Padre Donizetti viveu no início do século passado, em

A Igreja abraçou com entusiasmo o projeto idealizado por Almiro Grings

Tambaú (cidade próxima a Águas da Prata), e ganhou fama na região de “caipira milagreiro”, por conta das curas de doentes a ele atribuídas.

A Igreja abraçou com entusiasmo o projeto, seguida pelas administrações municipais. O Caminho da Fé conseguiu envolver, já em sua primeira fase, três dioceses, 16 paróquias e 16 prefeituras. Outras três cidades entrarão na segunda etapa, até Tambaú.

Almiro Grings conta que tudo se deu de forma muito rápida e que o sucesso na realização daquilo que ele havia imaginado foi surpreendente, como que por obra de forças divinas. Os primeiros passos foram dados em agosto de 2002, a partir de reuniões de um grupo de

peessoas de Águas da Prata, das quais saiu a comissão que colocou o projeto e o apresentou ao padre Antonio Agostinho Frasson, reitor do Santuário de Aparecida.

Segundo uma das integrantes da comissão, Aparecida de Lurdes Dezena Cabrelon, da Scorp (Sociedade Comunitária Renovação e Progresso), ao tomar conhecimento da idéia, padre Frasson manifestou entusiasmo pelo Caminho da Fé, dizendo que aquele projeto tinha “um chamado”.

Para Almiro Grings, a rota estará sempre passando por inovações e aperfeiçoamentos, nunca estará pronta, mas já se tornou uma realidade. “Sinto que realizamos algo que é para sempre. É a experiência mais forte de minha vida”.



CS

## Peregrinos recebem certificado ao final do percurso

No início de março, 110 pessoas já haviam recebido o certificado de peregrino do Caminho da Fé. A exemplo do que acontece na Espanha, as pessoas pegam na partida um passaporte oficializado pela Igreja, a ser carimbado em cada pousada do percurso. Ao final, no Santuário Nacional de Aparecida, quem tem os 24 carimbos recebe o certificado.



Águas da Prata

Andradas

Ouro Fino

Inconfidentes

Tocos do Moji

Bom Repouso

Consolação

Paraisópolis

São Bento do Sapucaí

Sapucaí Mirim

Santo Antônio do Pinhal

Pindamonhangaba

Borda da Mata

Estiva

Aparecida

Roseira

No percurso, quem não faz questão de luxo pode se acomodar nas pousadas a R\$ 7,00 o pernoite. Suites mais confortáveis podem chegar a R\$ 100,00 por hóspede.

No Caminho da Fé, as fazendas substituem os castelos da rota espanhola. Em geral, são construções do século XIX, em estilo colonial, muitas das quais já restauradas para a exploração do turismo rural. Vilarejos antigos, despontados no auge da cultura cafeeira no Brasil, também compõem o cenário.

O percurso é datado das mais diversas e esplendorosas manifestações da natureza. Os motivos para realizá-lo vão desde o pagamento de uma promessa, passando pela bela busca de inspiração para a arte e o cultivo da saúde física e mental, até o encontro com Deus.



## Uma rota para o desenvolvimento econômico

Além das motivações relacionadas à reflexão religiosa e à busca de integração com a natureza, o surgimento e consolidação do Caminho da Fé interage com anseios de inserção e desenvolvimento econômico da região.

O projeto visa também, em relação aos municípios que integram o circuito, promover o desenvolvimento sustentável, de forma a propiciar o surgimento de novas modalidades de comércio e de geração de emprego e renda. Os idealizadores estimam que, a curto prazo, serão geradas atividades para ao menos 200 pessoas em torno da rota.

O caminho é visto ainda como fator de integração regional. E há também a expectativa de que, no rastro dos peregrinos, cheguem aos municípios da região novas oportunidades oferecidas pela propagação pelo país de suas potencialidades econômicas e culturais.



# O lixo que ameaça o nosso Cotidiano

Faltam soluções adequadas para o problema do lixo. Enquanto elas não surgem, lixões proliferam e trazem risco à saúde de toda a população dos centros urbanos

No Brasil, o solo urbano vem sendo engolido paulatinamente pelos chamados resíduos sólidos. A estimativa é de que diariamente estão sendo geradas mais de 240 mil toneladas de lixo urbano em todo o país, provenientes em sua maior parte de restos de comida, papel, plástico e vidro. Deste total, que não é pouca coisa, apenas a região metropolitana de São Paulo - distribuída em uma área de 8.050 Kilômetros quadrados, onde estão abrigadas aproximadamente 16 milhões de pessoas - despeja nas ruas 17 mil toneladas por dia.

Enquanto soluções adequadas não surgem no horizonte, os lixões - os conhecidos depósitos de lixo a céu aberto - proliferam, ao mesmo tempo que degradam a paisagem dos grandes centros urbanos, contaminando o solo e os recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Com isso a luz vermelha da questão sanitária acende e agrava os problemas de saúde pública com a poluição do ar, dos solos e das águas.

O que fazer diante de uma situação já tida como caótica? Na opinião da engenheira civil e sanitarista Ângela Parente, consultora-técnica da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Hu-

manos, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, a mudança de mentalidade é uma das soluções para o problema do lixo e deve vir acompanhada de ações sociais eficazes, como um novo modelo de cobrança dos serviços de limpeza urbana, a constar tanto na reforma tributária e quanto na reforma constitucional. Ela diz que o aterro sanitário, pura e simplesmente, é insuficiente para resolver o problema de maneira definitiva e sugere ainda o programa bolsa-escola como alternativa barata e eficiente para tirar as crianças que vivem do lixo.

## *Programa da Unicef visa retirar crianças dos lixões*

A erradicação do trabalho infantil no lixo em todo o Brasil é o principal objetivo do Programa Nacional Lixo e Cidadania, lançado em 1999 pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania, com a campanha "Criança no lixo - nunca mais", que por sua vez constituiu um apelo e um convite à sociedade brasileira para que não permita mais o uso da mão-de-obra de meninas e meninos nos lixões e na catação de lixo nas ruas, colocando-as onde deveriam estar: na escola. A iniciativa do programa é do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), para quem existem hoje no país cerca de 50 mil crianças vivendo do lixo e no lixo.

Desde que foi criado em 1998, por iniciativa de 19 instituições da sociedade civil, entre as quais a Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal), o Fórum Nacional do Lixo e Cidadania incentiva a articulação de ações para a gestão sustentável dos resíduos sólidos urbanos. Uma de suas metas é levar a bolsa-escola para as 17 mil famílias das crianças dos lixões.



Augusto Coelho

Os lixões fracassaram. Alguns motivos: trazem danos irreversíveis ao meio ambiente e chegaram ainda à saturação do ponto de vista físico. Pesquisa da organização Água e Vida, realizada em 1998, aponta que há lixões em 26% das capitais brasileiras, em 73% dos municípios com mais de 50 mil habitantes e em 70% dos municípios com menos de 50 mil pessoas. Em lugar desses depósitos de lixo a

céu aberto, o engenheiro Marco Antônio Bozino, consultor-técnico do Ministério do Meio Ambiente, sugere uma alternativa mais abrangente: a criação de legislação específica que obrigue a que toda cidade de pequeno, médio e grande porte tenha um plano

de resíduo sólido, com planejamento ambiental. Eis a sua filosofia: "Quem gera o lixo deve dar-lhe também destino correto".

A engenheira Ângela Parente compartilha desse raciocínio e sai em defesa de uma ação integrada para resolver os problemas ambientais e de saúde no país, envolvendo as três esferas de poder: federal, estadual e municipal. E conclui: "O lixo deveria fazer parte de uma política glo-

**O lixo, segundo especialistas, deve fazer parte de uma política global de saneamento**

bal de saneamento. Não adianta resolver o problema do esgoto numa comunidade, sem oferecer tratamento adequado ao lixo. Todos devem participar. O modelo de gestão de resíduos sólidos pressupõe a co-gestão pelo poder público e pela sociedade".

## País carece de leis para corrigir consumo do lixo

Diferentemente do Brasil, onde ainda é bastante reduzido o número de municípios com sistemas adequados de coleta seletiva, manejo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, países como Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Holanda, Áustria, Espanha e Suécia já possuem leis para reduzir a geração dos resíduos de vasilhames e embalagens. De certa forma, a Europa adota em larga escala a política dos três erres - reduzir, reutilizar e reciclar. Eles, os países desenvolvidos, inclusive, são os que mais geram lixo.

Reflexo disso ocorre na Suécia, por exemplo. Lá as empresas são responsáveis pelo recolhimento de seus vasilhames de alumínio, papel, papelão, papel corrugado, plásticos, aço, vidros, jornais, folhetos publicitários, revistas e catálogos, além de pneus. Com isso os produtores europeus foram obrigados a se organizar em cooperativas, o que levou a uma redução significativa dos volumes de vasilhames e embalagens despejados nos aterros sanitários.

O Brasil, por outro lado, é carente de leis para disciplinar a geração e o consumo do lixo. No plano federal, órgãos como o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) obriga fabricantes a darem destino ambientalmente adequado a certos produtos descartados, como no caso dos pneus e baterias. A respeito desse tema, tramitam no Congresso Nacional pelo menos cerca de 60 projetos de leis. Enquanto nada for aprovado, falta ao país consolidar uma política nacional de resíduos sólidos.

### Composição do lixo urbano no Brasil (peso)

|                                 |       |
|---------------------------------|-------|
| Material orgânico e outros..... | 68%   |
| Papel e papelão ondulado.....   | 24,5% |
| Plásticos.....                  | 2,9%  |
| Metais.....                     | 2,3%  |
| Vidro.....                      | 1,6%  |



Fonte: Cempre (Compromisso Empresarial para Reciclagem)

# Tibiriçá, o rosto indígena da fundação de São Paulo

Uma parte da nação tupiniquim opôs resistência ao projeto de colonização portuguesa. Um dos maiores palcos dessa disputa foi a capital paulista

O ano era 1554. O local, a missão católica de São Paulo de Piratininga, onde hoje é o município de São Paulo. Nesse cenário, índios tupiniquim, padres jesuítas e colonizadores portugueses protagonizaram uma história cheia de contradições, guerras e

escravizações. O cacique Tibiriçá ("formigão da terra" - na língua tupi), chefe da nação tupiniquim, teve participação decisiva na obra de fundação da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1554. Para isso colaborou com os jesuítas Manoel da Nóbrega, Manoel de Paiva e José de Anchieta, tendo sido batizado e recebido o nome "cristão" de Martim Affonso.

O processo de aproximação de Tibiriçá com os portugueses ocorreu por volta de 1510, quando João Ramalho chegou ao planalto, vindo do litoral, onde teria naufragado ou sido deixado como prisioneiro degradado. Para conquistar a simpatia dos tupiniquim, Ramalho casou-se com Bartira, uma das filhas de Tibiriçá. A cerimônia de casamento seguiu uma tradição indígena. Com isso foi estabelecida uma parceria entre o cacique e João Ramalho, a ponto de o velho guerreiro nada fazer sem antes consultar o genro.

Nem todos os tupiniquim, no entanto, aceitavam a presença dos portugueses nos aldeamentos indígenas. A parte desse povo que colaborou com

os colonizadores era comandada por Tibiriçá, enquanto a parte que opôs acirrada resistência ao projeto português foi chefiada por Araraig, irmão de Tibiriçá. Resultado: o grupo de Araraig passou a fazer oposição aos portugueses, obrigando o grupo de João Ramalho a se refugiar na vila de São Paulo. O conflito entre índios e colonizadores desencadeou um levante, naquilo que ficou conhecido como "Guerra de Piratininga" - um episódio quase ignorado pela história oficial. Por dois dias, o grupo tupiniquim liderado por Araraig cercou São Paulo. Avisado pelo sobrinho Jaguanharon, que desejava salvar a família do tio, Tibiriçá dedurou todo o plano do levante aos padres, que tiveram tempo de pedir reforço em Santos e, dessa forma, salvar a nascente vila.

Diante disso, o ataque indígena fracassou. Meses depois desse episódio, uma epidemia de peste negra abateu-se sobre a vila de São Paulo e aldeias do planalto paulista, vitimando o velho Tibiriçá, cuja morte ocorreu no dia 25 de dezembro de 1562. Os restos mortais do cacique tupiniquim se encontram na cripta da Catedral da Sé, no mesmo local onde estão sepultadas outras figuras importantes da história paulista.

(Imagem fictícia elaborada por técnica de aproximação) Arte: Lisarb

PITBUSH &  
WAR GAMES



**Administração e redação:** Setor Comercial Sul, quadra 1, Bloco C, nº 30 Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar Brasília (DF) CEP 70395-900 Telefone (61)323-7516 Fax (61) 323-7804 / www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br **Diretoria Executiva:** **Diretor presidente** José Carlos Alonso Gonçalves / **Diretor vice-presidente** Vaumik Ribeiro da Silva / **Diretor de Administração e Finanças** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite / **Diretor de Comunicação e Imprensa** Antônio Bráulio de Carvalho / **Diretor de Esportes** Paulo Rocha Cunha / **Diretora Cultural** Maria Aparecida Torres Diniz de Almeida / **Diretora Executiva** / Tânia Cristina Barros de Aguiar / **Diretor Executivo** / Emanuel Sousa de Jesus **Conselho Fiscal:** **Titulares** Sérgio Santos Serra / José Francisco de Assis Cavalcante Neto / Devanir Camargo da Silva - **Suplentes** / Francisca De Assis Araújo Silva / Alberi Bernardi Boiaski / Valmir Gôngora **Conselho Deliberativo Nacional:** **Presidente** Antônio Carlos de Oliveira - **Vice-presidente** Fabiana Matheus - **Secretária** Emerenciana Barbosa do Rego. **Edição e redação:** Antônio José Reis / Evandro Peixoto / Marcio Achilles Sardi **Design e ilustração:** Lisarb Sena de Mello **Consultoria:** Murilo Barella (Subseção do Dieese) **Colaboradores:** Claudius Cecon / Jânio de Freitas / Tárk de Souza **Impressão:** Bangraf **Tiragem:** 75 mil exemplares/Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. **Distribuição gratuita**



# Quando pensar em seguros, lembre-se: estamos aqui

Há mais de 29 anos a FENAE Corretora desenvolve produtos em todos os ramos de seguros, com seriedade e competência, proporcionando soluções para proteção do patrimônio e vida de seus clientes, tendo como princípio básico agir sempre com respeito e profissionalismo. Por isso, quando precisar de assessoria em seguros, conte sempre com a FENAE Corretora de Seguros.

## **FENAE**

**CORRETORA DE SEGUROS**

Visite nossa home page: [www.fenaeseg.com.br](http://www.fenaeseg.com.br)

Central de Atendimento: 0800 224 472